

Ulysses promete tentar anistia para empresário

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, prometeu a cerca de 20 parlamentares e empresários das micro, pequenas e médias empresas convocar o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, para estudar a possibilidade de isentar e até mesmo anistiar os empresários do pagamento da correção monetária que incide até hoje sobre os empréstimos feitos durante o período do Plano Cruzado.

Ao receber os parlamentares, liderados pelo deputado Albérico Cordeiro, segundo secretário da Câmara, e um dos líderes do grupo de 292 parlamentares do Norte/Nordeste/Centro-Oeste, Ulysses Guimarães prometeu interceder junto aos ministros da área econômica para tentar resolver o problema. Ontem mesmo, ele recebeu um documento que expõe a situação real das regiões do Brasil atingidas pela seca e agora pelas enchentes, o que, certamente, vai piorar a situação dos estados do Norte/Nordeste/Centro-Oeste.

No documento entregue a Ulysses, os parlamentares ameaçam, inclusive, formar um bloco para fazer passar no Plenário da Constituinte duas emendas que

anistiam não só os micro, pequenos e médios empresários como também os grandes empresários da correção monetária em todo o País, o que seria, na versão de Mailson da Nóbrega, a "falência do Brasil". Para evitar essas posições mais drásticas para o setor econômico é que Ulysses Guimarães quer conversar com Mailson e Fernando Milliet.

No documento, os parlamentares anexaram as duas emendas. A primeira do Senador Mansueto de Lavor, de Pernambuco, isenta da correção monetária todos os débitos das micro e pequenas empresas, além dos pequenos agricultores até 31 de dezembro de 1987; nos períodos de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987; e os empréstimos feitos no período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1986.

A outra emenda, dos deputados Humberto Souto, de Minas Gerais, Albérico Cordeiro de Alagoas, e José Luiz Maia, do Piauí, anistia as dívidas contraídas em estabelecimentos bancários e entidades financeiras pelas microempresas, assim como aos pequenos e médios produtores rurais situados nas áreas da Sudene, Sudam e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Constituinte inibe Japão de investir

Salvador — O Japão, como qualquer outro país do mundo, se mostra bastante cauteloso em relação à possibilidade de realizar novos investimentos no Brasil. Isso porque há uma indefinição política no país e porque os governos das outras nações entendem que a Constituinte está muito dividida quanto a questão do capital estrangeiro. Isto dificulta o aporte de dinheiro internacional para o país.

A observação partiu do professor Kenestsu Mikami, vice presidente da Jetro (organização oficial que cuida das relações de comércio exterior do governo japonês), ontem, nesta capital, durante entrevista à imprensa. Ele veio a Salvador participar de um seminário sobre as potencialidades do Comércio japonês, promovido pelo Núcleo de Promoções às Exportações da Bahia (Promoexport).

Mikami aconselhou que, a melhor solução para o Brasil é mesmo recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para ter o aval dos banqueiros internacionais e assim conseguir atrair dinheiro novo. Mas, para atrair o capital estrangeiro, advertiu ele, o governo brasileiro precisa estabilizar a economia, controlando a inflação e resolvendo a questão da dívida externa.

27/2/88

JBR

JBR 27-2-88